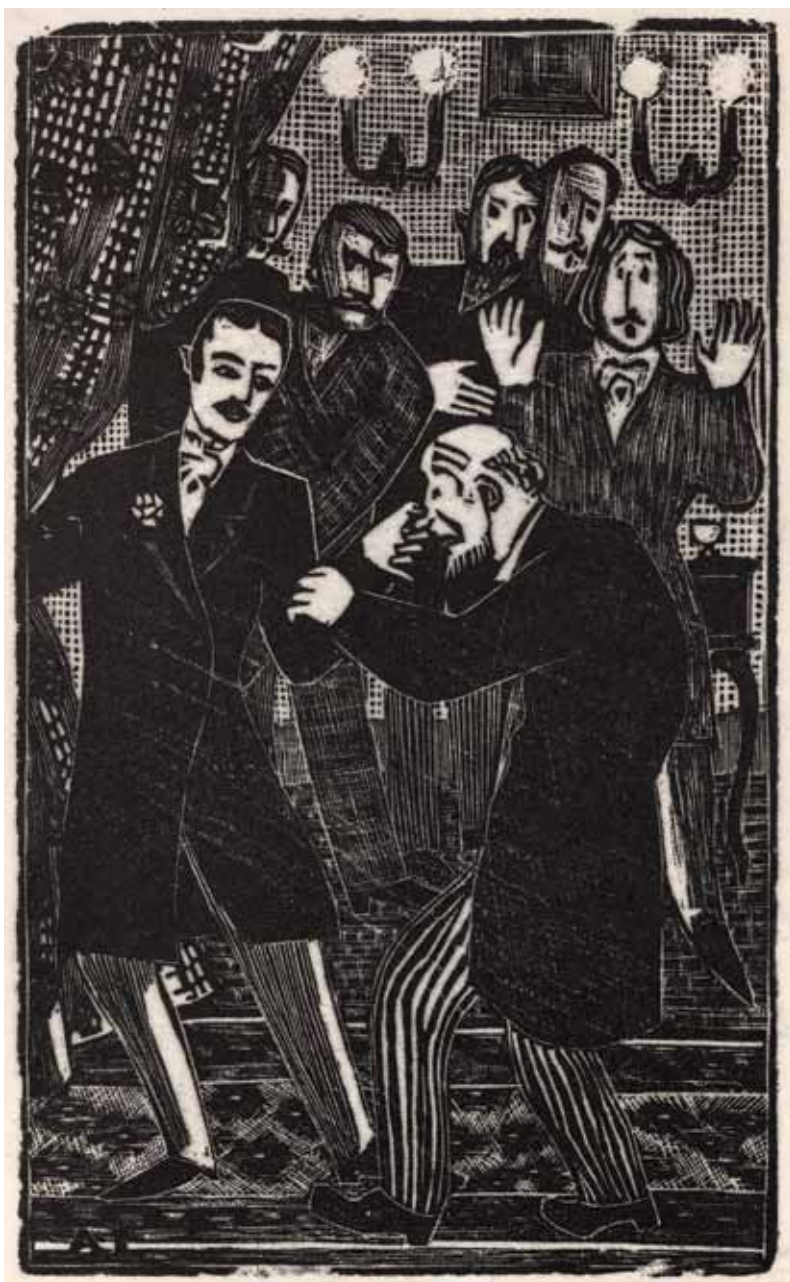


AS FLUTUAÇÕES DE DOSTOIEVSKI

Segundo estudo, prestígio dos escritores russos na primeira era Vargas oscilou ao sabor da política



REPRODUÇÃO SÉRGIO GUERINI

Xilogravura de Axl Leskoschek ilustra passagem de *Os demônios*, publicado no anos 1940

Em 1943, o jurista e jornalista Clovis Ramalhete, em artigo na revista *Di-retrizes* intitulado “Dostoiévski na rua do Ouvidor”, dizia que nos anos anteriores “sucessivamente foi Dostoiévski no Brasil um romancista de morro, um novelista de beira-rio, um trocadilhista notívago e outros tipos frequentes no registro civil da literatura brasileira”. Não é possível saber ao certo a quem Ramalhete se referia cifradamente, mas a ironia é clara: o romancista russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881) havia se tornado uma referência literária onipresente no país, ainda que pudesse ser adaptado a contextos muito diferentes entre si.

O pesquisador Bruno Barretto Gomi-de, professor de língua e literatura russa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), tomou emprestado o título do artigo para sua tese de livre-docência, aprovada em agosto deste ano, que trata das relações entre a recepção da literatura russa nos meios políticos e culturais brasileiros e as “flutuações políticas da era Vargas” – referindo-se ao período de 1930 a 1945, em especial o regime ditatorial instaurado depois de 1937. Uma das conclusões da pesquisa é que, no fim dessa época (1944-1945), com a publicação de uma coleção de obras do autor pela editora José Olympio – que ficava na rua do Ouvidor, centro do Rio de Janeiro –, Dostoiévski “ganhou um caráter ecumênico” no Brasil.

Gomide, que havia estudado a recepção a Dostoievski no país entre 1888 e 1937 em seu doutorado, origem do livro *Da estepe à caatinga* (Edusp, 2011), dedicou-se durante oito anos à pesquisa da era Vargas, trabalhando em quatro eixos inter-relacionados: a crítica literária brasileira; o mercado editorial destinado aos russos, com destaque para a coleção da José Olympio; a atuação dos órgãos de censura estadonovistas em relação à literatura russa e a política cultural soviética para difusão internacional de seus escritores. Além do levantamento e da análise de textos de imprensa e livros publicados no Brasil, Gomide realizou, com apoio da FAPESP, viagens à Rússia (Moscou e São Petersburgo) e aos Estados Unidos (para consultas ao sistema de bibliotecas da Universidade Harvard), nas quais estudou, entre outros tópicos, a recepção à literatura russa em vários países “para detectar aproximações e diferenças em relação ao caso brasileiro”. Já com o objetivo de aferir os efeitos da censura estatal a Dostoievski no Brasil, Gomide verificou o aparecimento e desaparecimento do autor na coleção de livros didáticos da Faculdade de Educação da USP.

QUEDA ABRUPTA

“A forma como os atores políticos e culturais se relacionaram com a literatura russa, mobilizando paixões pró e contra, permite traçar um bloco significativo da história cultural brasileira”, defende Gomide. Houve, segundo ele, entre o início e meados dos anos 1930, aquilo que o crítico Brito Broca qualificou de “febre de eslavismo”: várias editoras, muitas associadas a intelectuais e gráficas de esquerda, publicavam livros de escritores russos, coincidindo com as políticas de divulgação literária da União Soviética (URSS) e a formação, no plano internacional, de redes de apoio ao regime e ao povo do país.

Com o levante comunista liderado por Luiz Carlos Prestes em 1935 e a instauração do Estado Novo em 1937, a publicação de obras russas sofreu uma queda abrupta, só voltando a ganhar força no final de 1942. Gomide observa que, mesmo com essa oscilação, a literatura russa nunca esteve totalmente ausente do cenário brasileiro, mas os autores publicados eram os do século XIX, não os posteriores à revolução comunista de 1917. Seja na alta ou na baixa, a recepção



No Estado Novo, um tradutor foi chamado a depor e houve apreensão de materiais relativos à literatura russa

brasileira durante o período sempre esteve referenciada por matizes políticos.

Durante a era Vargas, o pesquisador identifica três grupos de leitores críticos. Um deles defendia que a literatura russa do século XIX nada tinha a ver com o bolchevismo. Faziam parte desse grupo intelectuais católicos como Alceu Amoroso Lima e Tasso da Silveira, alguns deles vinculados ao integralismo (o movimento político brasileiro aparentado com o fascismo). “Para eles, a revolução havia enterrado a literatura russa”, afirma Gomide. Havia um segundo grupo que, apesar da dimensão antirrevolucionária de autores como o próprio Dostoievski, via uma relação direta entre suas obras e a revolução. “Eles consideravam que todos os escritores do período eram de esquerda e usavam como argumento o confronto de alguns, como Dostoievski e Leon Tolstói (1828-1910), com o Estado”, diz Gomide. O terceiro grupo tinha uma visão intermediária: seus integrantes acreditavam que as obras desse conjunto

de escritores “profetizava” o futuro próximo, mas não podia ser responsabilizada pela revolução. Uma figura de proa dessa tendência – que via Dostoievski “com um misto de fascínio e terror” – foi Gustavo Barroso, teórico do integralismo.

“A queda na publicação dos russos ocorrida com o Estado Novo coincide com a repressão policial violenta aos intelectuais de esquerda”, observa o pesquisador. “Os editores se assustaram e se viram dissuadidos de publicar os russos.” Um caso emblemático da mudança de cenário foi o do intelectual modernista Jaime Adour da Câmara, que, no final dos anos 1920, havia viajado para a URSS por interesse na literatura do país. Mas uma notícia na revista *Dom Casmurro*, em 1937, deu conta de que Adour havia abandonado um estudo sobre Tolstói porque viajara “para o mata”. Gomide ressalta que vários outros intelectuais da época foram igualmente “para o mata”. “Os intelectuais de esquerda se calaram, e muitos vieram a trabalhar nas esferas do Estado Novo.”



Nesta e na outra página, xilogravuras de Axel Leskoschek, austríaco radicado no Brasil, para a edição brasileira de *Os irmãos Karamazov*

Um momento-chave nessa fase foi a convocação policial do único tradutor direto do russo na época, Georges Selyoff. “A polícia o aconselhou a parar”, conta Gomide. Prontuários encontrados pelo pesquisador nos arquivos do Departamento de Ordem Pública (Deops) registram ações diretas de apreensão de materiais relacionados a assuntos russos. Em 1945, uma crônica do poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), *Livros assassinados*, lembrava a então recente perseguição a livros de todos os autores cujos sobrenomes terminassem em “ov” e “inski”.

Mesmo o regime soviético, segundo Gomide, nunca viu com bons olhos a literatura de Dostoiévski. Seu material de difusão cultural para o exterior não incluía livros nem textos do autor. “Dostoiévski era visto como um gênio cruel,

um talento usado para o mal”, afirma o pesquisador. “Para o regime, as obras do autor eram pautadas por patologias e estados perversos que não correspondiam ao que uma sociedade do futuro desejava.” Gomide lembra que Dostoiévski era, também do ponto de vista diretamente político, um personagem que o governo comunista preferia deixar de lado: todos os romances da fase final do escritor – os mais conhecidos, como *Crime e castigo* e *Os irmãos Karamazov*, e principalmente *Os demônios* – continham polêmicas com a esquerda russa.

ALMA RUSSA

As coisas começaram a mudar no Brasil conforme, no fim da ditadura Vargas, o governo se aproximou dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial, em especial depois da batalha de Stalingra-

do, entre 1942 e 1943, na qual o Exército russo derrotou as tropas nazistas, marcando a virada do conflito. O mercado editorial brasileiro rapidamente reagiu aos novos tempos. A José Olympio lançou a coleção Dostoiévski, a primeira no Brasil dedicada a um único escritor estrangeiro (simultaneamente a editora Globo publicava as obras do francês Honoré de Balzac). Nesse período de fim de ditadura, Gomide detecta uma conciliação entre as tendências de esquerda e direita. Nunca se publicou tanta literatura russa no Brasil como nessa época, embora na maioria das vezes por meio de traduções feitas do francês ou do inglês. O pesquisador contabilizou 83 títulos entre 1943 e 1945 – volume maior do que o da voga atual, iniciada em fins dos anos 1990, em que se destacam as traduções diretas consideradas de excelente qualidade feitas por nomes como Paulo Bezerra e Boris Schnaiderman (1917-2016). Este último, a rigor, já traduzia do russo desde a década de 1940.

Para Bezerra, professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, que traduziu, entre outros, *Crime e castigo*, com mais de 120 mil exemplares vendidos desde 2002, “a tradução direta faz o leitor sentir a autenticidade das personagens e o ritmo da narrativa”. Na atual “febre de eslavismo”, a avaliação da popularidade de Dostoiévski, para Bezerra, se deve “à atualidade dos problemas não resolvidos pela sociedade moderna e à forma revolucionária de seus romances, em que os representantes dos vários segmentos da sociedade se manifestam com a mesma importância”. Andrea de Barros, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que estudou a recepção de Dostoiévski no Brasil, afirma que o início da boa acolhida internacional ao escritor, no século XIX, se deveu a uma ideia de que “havia naquela literatura uma espécie de rejeição do positivismo europeu”. Segundo ela, “ainda hoje a ideia de uma ‘alma russa’, uma visão romântica da Rússia e dos russos, permeia o imaginário dos leitores brasileiros”. ■ Márcio Ferrari